

INSEGURANÇA. Cresce número de casos de pessoas que decidem fazer 'justiça com as próprias mãos'

Sentimento do maceioense é de descrença

Linchamentos são a pior evidência, alerta cientista política

WAGNER MELO
REPÓRTER

A violência nos cerca, às vezes nos atinge ou transforma em vítima alguém do nosso convívio. Para a professora doutora em Ciência Política (UFMG) Luciana Santana, coordenadora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o maceioense tem motivos para sentir-se temeroso diante das experiências do

cotidiano violento.

"Esses dados [da pesquisa] refletem a percepção dos moradores de Maceió em relação à insegurança provocada pelas notícias que são veiculadas diariamente pela imprensa e mídias diversas, casos concretos de violência que ocorrem com alguém próximo ou conhecido, a impunidade em relação a esses casos, dados oficiais que apontam a capital como a mais violenta no País, a impunidade, dentre outros", explica.

Na opinião da professora, esse clima pode gerar consequências indesejáveis. "O medo gera desconfiança e descrença no

estado, nas pessoas, na vida social... É nocivo para a população como um todo. O maior receio é que, nesta situação, as pessoas comecem a acreditar que podem fazer justiça com as próprias mãos, o que seria um grande equívoco", alerta.

ESPANCAMENTOS

Casos como o que a professora teme já começam a ocorrer. Um levantamento feito há dois meses pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional de Alagoas, registra 20 casos de "justiça com as próprias mãos", contados a partir de setembro do ano passado, gerando preocupa-



Linchamentos refletem insatisfação da população com a segurança

ção nas entidades de defesa dos Direitos Humanos.

O caminho para uma mudança de rumo, diz ela, exige uma série de investimentos em diversas áreas. "[Precisamos de] políticas públicas concretas, coerentes e executáveis tanto na área de segurança pública quanto nas demais áreas como educação, saúde, infraestrutura, políticas para juventude, criação de em-

pregos, parceria entre os diferentes níveis de governos, investimentos nas polícias, conscientização das pessoas...", elenca.

MARCADOS

Homens, pobres, jovens e negros. É assim que costumam ser as maiores vítimas da violência na capital alagoana, explica o advogado Daniel Nunes, presidente da Comissão de Di-

reitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional de Alagoas. A OAB monitora a incidência de homicídios, linchamentos, violência contra minorias, entre outros atentados aos direitos humanos, além de fazer campanhas e divulgações visando chamar a atenção para aspectos pouco percebidos ou negligenciados.

Para combater o avanço do crime, o advogado enumera algumas medidas defendidas pela entidade, como o aumento do efetivo policial, com melhor qualidade de vida para o profissional de segurança pública; modernização da ação policial, com combate à corrupção policial; cultura de paz; e o desenvolvimento social e econômico da população.

"Modestamente, considero, por óbvio, que o problema da escalada da violência é contado em décadas no estado; não pode ser atribuído a um único gestor. Acredito que não há um único culpado por tudo, muitos fatores têm contribuído para o quadro atual. Do ponto de vista orçamentário, o Estado tem enormes dificuldades para investimento", diz o advogado. ●